

30-04-2013

-----ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE
DOIS MIL E TREZE: -----

----- Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e pela Senhora Paula Cristina dos Santos Custódio (Segunda Secretária).-----

----- A sessão foi convocada pelo Senhor Amâncio Piedade (Primeiro Secretário) em substituição da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo quadragésimo sexto, bem como, do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, e cuja Ordem de Trabalhos foi a seguinte: -----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das Atas das Sessões Ordinária de 28/02/2013 e Extraordinária de 14/03/2013. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do art.º 53º da Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18/09: apreciação.-----

----- **Ponto dois:** Prestação de Contas 2012: apreciação e deliberação. -----

30-04-2013

-----**Ponto três:** 3ª Modificação Orçamental - 2013: 2ª Revisão ao Orçamento da Receita; 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais (PAM) e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto quatro:** Proposta nº 18/2013 P - Reprogramação física e financeira do Programa POLIS do Litoral Sudoeste: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto cinco:** - Proposta nº 19/2013 P - Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira a TAIPA e a Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto seis:** Regulamento de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Odemira: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto sete:** Proposta de Regulamento de atribuição de Prémios de Atividade Desportiva: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto oito:** Contrato de Prestação de Serviços na Modalidade de Avença na área de Design e Comunicação: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto nove:** Gestão de Recursos Humanos em função dos Mapas de Pessoal – Recolha de parecer prévio vinculativo – Recrutamento para cargos de Direção Intermédia de 2º Grau – Chefes de Divisão: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto dez:** Concurso da Empreitada de Requalificação de Algoceira – Registo do compromisso: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto onze:** CIMAL – Encargos com o endividamento relativo aos empréstimos REGI: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto doze:** Proposta de Normas de Funcionamento e tabela de preços a aplicar na FACECO 2013: apreciação e deliberação.-----

-----**Ponto treze:** Designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo 2013.-----

30-04-2013

-----**Ponto catorze:** Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores para a composição da Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta e quatro minutos a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e dois membros da Assembleia Municipal a saber, os Senhores Alberto José Branquinho Beijinha, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Eduardo Abrantes Francisco, Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo António, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio da Encarnação, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, José David Fernandes Geraldo (em substituição da Senhora Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro), José da Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, José Manuel dos Reis Guerreiro, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel António Dinis Coelho, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Sónia Alexandra Martins Raposo e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência dos Senhores Abílio José Guilherme Béjinha, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, Márcia Cristina Viana Silva Inácio e Nazário Duarte Viana.-----

30-04-2013

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os Senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Vereador eleito pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e oito de fevereiro do ano dois mil e treze e à sessão extraordinária que se realizou no dia catorze de março do ano dois mil e treze, não se registaram quaisquer faltas injustificadas. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----O Senhor José Ribeiro que a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

-----Minhas Senhoras e meus Senhores -----

-----Não, não é um texto sobre a inquisição. Mas que ainda se notam nos dias de hoje certas influências dos tribunais do santo ofício, lá isso é verdade. -----

-----Senão vejamos. -----

-----No dia 4 de Abril, na reunião de Câmara do Município de Odemira, foram apresentados pelos Vereadores da CDU dois votos de pesar, pelo desaparecimento dos Senhores Fernando Barradas e João Honrado. -----

-----Pela voz de um Senhor Vereador do Partido Socialista foi transmitido que respeitante ao Senhor Fernando Barradas, subscreviam o voto de pesar...”UM FAVOR MUITO ESPECIAL”. Quanto ao voto do Senhor João Honrado apenas e só um NÃO. -----

-----E aqui sim, foi uma atitude inquisicional. No tempo da inquisição quem executavam os réus eram as autoridades civis, pois os clérigos ou mais diretamente a santa igreja, punha o rabinho de fora. -----

-----“NADA PROVOCA MAIS DANOS NUM ESTADO DO QUE OS HOMENS

30-04-2013

ASTUTOS A QUEREREM PASSAR POR SÁBIOS” – Francis Bacon, ensaísta e político inglês. -----

-----Sou filho e neto de presos políticos e, nunca os fascistas da minha terra, Valença do Minho, deixaram de ter respeito e amizade pela minha família. -----

-----Foram os Joões Honrados deste País que muitas vezes deram a vida, foram presos, torturados e afastados das suas famílias, que iniciaram aquilo que mais tarde se veio a chamar a Revolução dos Cravos – 25 de Abril de 1974. -----

-----Foram os Joões Honrados, com 14 anos de prisões fascistas que devolveram a Portugal uma sociedade mais justa, mas humanizada, uma sociedade com valores e princípios, com mais justiça, mais direitos, menos exploração, mais solidariedade e mais do que tudo a Liberdade. -----

-----E foi exatamente em Abril que os Senhores Vereadores do Partido Socialista acenderam no salão nobre do Município de Odemira as fogueiras da inquisição.-----

-----Raras e honrosas excepções, Senhores Vereadores do Partido Socialista, a fome do poder pode torná-los obesos.-----

-----“QUASE TODOS OS HOMENS SUPORTAM A ADVERSIDADE; PARA TESTAR O CARÁCTER DE UM HOMEM É DAR-LHES O PODER – Abraham Lincoln – 16º Presidente dos Estados Unidos da América.-----

-----“INSTAUREM UMA SOCIEDADE HUMANA, PROMOVAM O SOCIALISMO”, disse Mário Sacramento. -----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores, lembrem-se que o João Honrado foi sempre um velho livro e nunca um livro velho.-----

-----Descansem os Senhores Vereadores do Partido Socialista que mesmo estando vivos, terão sempre o meu voto de pesar.”-----

-----Interveio o Senhor Mário Feliciano, residente em Vila Nova de Milfontes e Presidente

30-04-2013

da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, que disse o seguinte: “Eu estive cá nas comemorações do “Vinte e Cinco de Abril”. Só quando não posso é que não estou. O “Vinte e Cinco de Abril” para mim tem um grande significado e como tal não faltarei. (...) Gostei muito de ouvir o que foi dito nesse dia. Penso que as intervenções dos Senhores deputados municipais de todas as forças políticas estão a inovar. Ouvi poesia, inclusivamente, de que gostei muito. Não há dúvida que a poesia dita numas comemorações do “Vinte e Cinco de Abril” cai sempre bem, falando de peixes e de outros animais mamíferos. -----

-----Mas eu vim cá hoje porque comemorou-se ontem o segundo aniversário de uma promessa não cumprida, dita aqui nesta sala. Eu sou Presidente da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes e há dois anos atrás foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que iria atribuir um subsídio a esta instituição e até hoje essa promessa não foi cumprida. (...) É mais um ano que eu venho aqui com muito pesar intervir nesta Assembleia Municipal. O meu carácter não se compara com isto que foi aqui dito, com as promessas que aqui foram feitas e que não foram cumpridas.-----

-----A Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes é uma instituição que solidariamente está a apoiar os idosos de duas freguesias, que luta com algumas dificuldades financeiras que são reconhecidas pela Câmara Municipal, nomeadamente pelo Executivo Municipal que tem por todos os meios ajudado esta instituição. Lamento que de facto a autarquia que está mais perto de nós tenha a ousadia de prometer uns míseros dezasseis mil e qualquer coisa euros e não a tenha cumprido essa promessa até hoje.-----

-----Portanto, é com pesar que venho aqui hoje. Virei aqui todos os anos se for necessário até que essa promessa, por este Executivo ou por outro qualquer que venha a ser eleito nas próximas eleições, seja cumprida”. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalhos. -----

30-04-2013

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE E EXTRAORDINÁRIA DE CATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das atas em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a leitura das mesmas, sendo imediatamente submetidas à apreciação. -----

----- a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata em causa, a qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e três abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal; -----

----- b) ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CATORZE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da ata em causa, a qual foi aprovada por maioria, com treze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, cinco abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal; -----

----- **Ponto dois:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da

30-04-2013

correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

-----Interveio o Senhor Alberto Béjinha que, em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve: -----

-----“**PROPOSTA** -----

-----VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FERNANDO BARRADAS -----

-----Carpinteiro civil, militante do PCP, aos 83 anos de idade, faleceu no passado dia 26 de Março devido a doença súbita o ilustre Odemirense FERNANDO CAMACHO BARRADAS. -----

-----Fernando Barradas foi um cidadão que ao longo de anos se destacou pela sua participação activa em prol do Poder Local Democrático, tendo desempenhado um importante contributo logo após a Revolução do 25 de Abril no recenseamento eleitoral, na Comissão Administrativa da Freguesia de Santa Maria, tendo sido eleito e desempenhado funções de Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal, em dois mandatos autárquicos. -----

-----Sempre assumiu e desempenhou as suas funções com zelo, dedicação e amor à causa pública. -----

-----Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal, não podem deixar de realçar o carácter, a imparcialidade e o espírito de cooperação, bem como, a dedicação que o mesmo sempre teve pelo desenvolvimento e bem-estar da população do nosso Concelho. -----

-----À Família apresentamos sentidas condolências pelo Homem exemplar que muito deu

30-04-2013

em prol do nosso Concelho e nunca regateou qualquer benefício em troca pela sua dedicação. --

----- Odemira, 2013.04.30 -----

----- Os eleitos da C.D.U.”. -----

----- Seguidamente perguntou para quando estava prevista a repavimentação da estrada que liga Vale Bejinha, Carrasqueira e Casa Branca, a qual se encontra bastante danificada. Perguntou ainda para quando estava previsto o saneamento básico do Vale Bejinha. Informou também que o abastecimento de água em Vale Bejinha continuava com problemas, tendo já sido enviado um abaixo-assinado para a Câmara Municipal, no qual a população se queixava da elevada pressão da água que provocava roturas quer a nível de canalizações no interior das habitações quer no exterior. -----

----- Referindo-se ao facto de a praia das Furnas ter sido galardoadada com uma Bandeira Azul, considerou que o estado em que se encontrava edifício de apartamentos na outra margem do rio não era muito agradável à vista. Neste sentido, perguntou e que situação se encontrava aquele processo. -----

----- Referindo-se ao alerta efetuado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Luís na última sessão ordinária, sobre a concorrência desleal às farmácias do concelho de Odemira, perguntou em que situação se encontrava aquela questão, uma vez que continuava a ver o carro proveniente de uma farmácia do concelho vizinho a efetuar a venda de medicamentos “porta-a-porta”. Sobre este assunto lembrou que aquela situação estava a afetar as farmácias no concelho e conseqüentemente a impulsionar o desemprego, lembrando que atualmente Odemira já contava com mil e setecentos desempregados. -----

----- Relativamente ao Matadouro do Litoral Alentejano, informou que continuavam a existir problemas com o fornecimento de energia elétrica, registando-se muitas falhas de corrente e, bem assim, informou que também no serviço de ligação à internet ocorriam algumas falhas. -- -----

30-04-2013

-----Sobre a freguesia de Vale de Santiago, alertou para a qualidade da água de abastecimento público, a qual possuía uma tonalidade muito escura e, bem assim, informou que o médico que se deslocava àquela localidade apenas atendia as pessoas das Fornalhas, facto com o qual discordava, lembrando que Vale de Santiago tinha uma população bastante idosa, e com poucas possibilidades financeiras para pagarem o transporte de táxi até ao Centro de Saúde de Odemira. -----

-----Por último, congratulou-se com a colocação da antena de telecomunicações móveis em Vale de Santiago.-----

-----Interveio o Senhor José Júlio de Oliveira que alertou os presentes para um buraco enorme existente junto à estrada entre a Alcaria do Clemente e a Zambujeira do Mar, em pleno Parque Natural, cheio de lixo, plásticos e restos de obras. Informou ainda que a sua filha, residente na Alcaria do Clemente, ao aproximar-se do local da lixeira foi insultada e ameaçada pelo dono do terreno e proprietário de uma exploração agrícola. -----

-----Em face do exposto, manifestou a sua preocupação para a violência usada pelo proprietário do terreno e para o facto de estarem a fazer uma lixeira numa zona de paisagem protegida. -----

-----Interveio a Senhora Cláudia Silva que felicitou o Município de Odemira pela conclusão da ponte pedonal em Odemira, considerando que se tratava de uma obra muito bonita e que, para além de embelezar aquela zona do rio, facilitava muito a vida de quem residia na outra margem. Disse ainda que já teve oportunidade de atravessar a nova ponte e, nesse sentido, chamava a atenção para a altura em que se encontra o primeiro ferro horizontal do gradeamento, junto ao piso, uma vez que considerava que poderia passar por lá uma criança. -----

-----Referindo-se às obras de Requalificação Urbana em Odemira, alertou para o facto do gradeamento que existia em frente ao Jardim de Infância em Odemira ter sido retirado e ainda não tinha sido repostos. Considerou ainda que o referido gradeamento deveria ser colocado a

30-04-2013

acompanhar a curva, de modo a evitar que os carros passassem por cima do passeio, junto à porta do Jardim de Infância. -----

----- Interveio a Senhora Maria Luísa Palma que, referindo-se à intervenção do Senhor José Júlio de Oliveira, disse que os membros da Assembleia Municipal que detetassem alguma irregularidade ou transgressão deviam, de imediato, denunciar esse facto a quem de direito. ----

----- Seguidamente, em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a Proposta que seguidamente se transcreve: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO HONRADO -----

----- João António Honrado faleceu em Beja, em 22 de Março, p.p., com 84 anos de idade.

----- Natural de Ferreira do Alentejo, foi, no dizer de Urbano Tavares Rodrigues, o alentejano mais alentejano que ele conheceu. Assumiu-se desde jovem como anti fascista, denunciando um regime anti democrático e opressor instalado em Portugal. Essa postura custou-lhe a perda da liberdade por três vezes, num total de quase 13 anos, sendo a última recuperada com a revolução de Abril. Na área da cultura, trabalhou em diversas câmaras do Alentejo, entre as quais Odemira, onde assessorou o presidente Justino Santos durante dois mandatos. -----

----- Iniciou, pode dizer-se, a prática de edição de estudos por parte do município. O livro de Machado Guerreiro – COLOS ALENTEJO – ELEMENTOS MONOGRÁFICOS (1987), estudo etnográfico que lhe foi dado a conhecer por um autarca do PS, quando J. Honrado andava em busca dos valores culturais de Odemira. Ainda, ALENTEJO TINHA SOMBRAS, do mesmo autor (1991). Esteve na edição de outros estudos, como A BARCA DE ODEMIRA e TOPONÍMIA ODEMIRENSE. Fundou e dirigiu o jornal NOTÍCIAS DE ODEMIRA, cujo pluralismo prestigiou a câmara. -----

----- Pós 25 de Abril, integrou a assembleia constituinte, a extinção da PIDE DGS. Fez

30-04-2013

parte de inúmeras coletividades, fundou a cooperativa cultural alentejana. -----

-----Deixou publicações – TEXTOS ALENTEJANOS, CRÓNICAS DE VER, CRÓNICAS DE DIZER ALENTEJO, onde as histórias tecidas são reais e não ficcionadas, sobre o povo alentejano que amou desmesuradamente. -----

-----Militante ativista do partido comunista, enquanto preso, não foi submisso, lutou contra a ditadura, contra as situações prisionais, fez levantamentos de rancho, greves de fome, rascunhou clandestinamente a sua defesa, a apresentar em tribunal em março de 63, invocando, como poderia um homem ser preso por denunciar a fome, a falta de pão e as necessidades mais básicas de um povo. -----

-----Rejeitou sempre honrarias e homenagens argumentado que as mesmas se efetuassem na continuação do trabalho a que sempre se entregou, lutar por uma sociedade justa e democrática. -----

----- A Assembleia da República no passado dia 28 de março aprovou por unanimidade um voto de pesar ao seu falecimento. Muitos dos que o aprovaram não são comunistas, nem se revêm nessas ideias, mas a consciência da coerência de J. Honrado, do seu sacrifício em prol dum liberdade que hoje todos usufruímos, levaram-nos a não regatear a última homenagem.---

-----Se a AR teve razões para aprovar por unanimidade um voto de pesar pela sua morte, mais razões tem a assembleia municipal de Odemira para o fazer. -----

-----Aqui deixamos o nosso voto de pesar pelo seu falecimento. -----

-----Odemira, 30 de Abril de 2013-----

-----Os eleitos da C.D.U.”. -----

-----Interveio o Senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que alertou para o estado em que se encontrava a Travessa Dr. João de Paiva, em Odemira, também conhecida pela Ladeira da Fontinha, lembrando que há trinta anos que não era alcatroada. Ainda em relação a esta rua, alertou para o facto de ter sido retirado o sinal que

30-04-2013

indicava rua sem saída, o que causava problemas ao nível do trânsito, uma vez que se tratava de uma zona com bastante inclinação, onde não era fácil fazer manobras.-----

----- Relembrou ainda que a calçada na Avenida Sacadura Cabral, em Odemira, de acesso à Unidade de Cuidados Continuados ainda estava por reparar.-----

----- Informou ainda que no decurso das obras de Requalificação Urbana da vila foi danificado um muro existente na Travessa da Ventosa, em Odemira, e até à data ainda não foi reparado, pese embora a sua insistência junto da Câmara Municipal e do empreiteiro da obra. Ainda em relação às obras de Requalificação Urbana alertou para o facto de alguns veículos não conseguirem subir a Rua 5 de Outubro, especialmente quando o piso se encontra molhado ou húmido. Sobre este assunto, considerou que o material utilizado (calçada) não foi o mais adequado para aquela zona. Referiu também que a Travessa do Botequim não se proporcionava a todo o tipo de trânsito automóvel, tendo em conta a altura em que se encontravam os telhados das habitações situadas no início da descida. Por último, considerou ainda que o sentido do trânsito em algumas áreas da vila também não era o mais correto, referindo que a zona do Mercado Municipal não deveria ter o trânsito com sentido único.-----

----- Por fim, considerou que os melhoramentos que a vila de Odemira ia recebendo deviam ser extensivos à zona do moinho, no Cerro do Galvão. Considerou que o moinho era o *ex-libris* da vila e poderia ser um ótimo cartão-de-visita, se estivesse devidamente reparado, relembrando que inclusivamente havia um projeto para aquela zona. Ainda em relação ao Cerro do Galvão, referiu que as ruínas existentes também não davam uma boa imagem à vila e apesar de não se poder derrubar tudo, considerou que deveriam remover a lixeira existente.-----

----- Interveio a Senhora Helena Loermans que, recordou que os dois pontos de informação turística existentes em Odemira não tinham a informação atualizada, uma vez que, os números de telefone da Câmara Municipal e dos Bombeiros, ainda tinham o indicativo antigo. -- -----

30-04-2013

----- Interveio o Senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, referindo que gostaria muito que a Requalificação Urbana que estava a ser feita em Odemira também fosse efetuada em São Teotónio, onde as redes de águas e esgotos já têm cerca de trinta e cinco anos.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que, relativamente às questões colocadas, informou que tinha passado pela estrada entre Vale Bejinha e a Carrasqueira e, de facto, o piso não se encontra nas melhores condições, apesar de se transitar ainda em segurança. Sobre este assunto informou que estava a ser elaborado um projeto referente ao abastecimento de água à Carrasqueira a partir de Vale Bejinha e, nesse sentido, aquela estrada seria intervencionada aquando da execução daquela obra. Em face do exposto, disse que iria verificar junto dos serviços municipais para quando estava previsto o início da obra, que seria feita por administração direta, uma vez que se este estivesse para breve reparariam a estrada após essa intervenção.-----

----- Em relação à água de Vale Bejinha informou que o sistema já tinha instalada uma válvula de redução de pressão, pelo que julgava que a situação tinha melhorado. Quanto ao saneamento básico, informou que não se tratava de uma obra simples, porque implicava a construção de uma estação elevatória, uma vez que estavam perante uma zona de habitações dispersas e sem cotas para a estação de tratamento.-----

-----Quanto ao bloco de apartamentos em Vila Nova de Milfontes, informou que a obra foi em tempos embargada, o processo encontra-se em tribunal e, até à data, não tinham mais informações sobre o assunto.-----

-----Relativamente à concorrência desleal nas farmácias, referiu que havia informações, de que uma farmácia de outro concelho estava a alargar a sua intervenção não só ao concelho de Odemira, mas a uma vasta região do Alentejo e Algarve. Informou ainda que este facto estava a provocar danos visíveis na estrutura de comercialização de medicamentos no concelho de

30-04-2013

Odemira, e que a situação estava a ser acompanhada pelo Infarmed. Por último, referiu que apesar de a Câmara Municipal ter competências muito restritas nesta matéria, tinham solicitado o agendamento de uma reunião com as entidades competentes, no sentido de influenciar a abertura de uma inspeção sobre este assunto. -----

-----Referindo-se ao Matadouro do Litoral Alentejano referiu que, apenas tinha ficado a conhecer o problema relativo às falhas de energia elétrica através da internet, e que nunca lhe tinha sido diretamente transmitido. Sobre este assunto, informou que o Matadouro possuía dentro das respetivas instalações, um Posto de Transformação (PT) autónomo, com potência suficiente para abastecer aquele equipamento. Referiu ainda que poderiam existir algumas falhas de energia na rede de média tensão que alimentava o referido PT, a qual pertencia a outro concelho e, nesse sentido, logo que teve conhecimento do problema, contactou a empresa EDP – Distribuição de Energia, S.A.. Em relação às falhas na ligação à internet, disse que o sinal de rede era fraco naquela zona, no entanto, essa questão já tinha sido colocada à empresa Portugal Telecom. -----

----- Referindo-se à cobertura de rede móvel, informou que o Município de Odemira tem vindo a pressionar junto da PT - Portugal Telecom, no sentido de dotar o concelho daquele serviço, pelo que algumas zonas já tinham sido contempladas ou reforçadas, designadamente Vale de Santiago, Luzianes-Gare, Vale Ferro, Cavaleiro, Amoreiras-Gare e Pereiras-Gare. Por último, informou que tinha reforçado a necessidade de colocação de mais duas antenas que assegurassem a transição do litoral para o interior do concelho, designadamente no reforço à zona serrana entre São Teotónio e Sabóia e Boavista dos Pinheiros e Sabóia, as quais teriam especial impacto positivo nas questões referentes à proteção civil. -----

----- Quanto à qualidade da água de Vale de Santiago, informou que o assunto tinha sido apresentado a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. e aguardava resposta. Informou ainda que a água de Vale de Santiago, à semelhança da água que abastecia quase todo

30-04-2013

o interior do concelho, continha muito ferro e manganês, o que causava alguns problemas em termos de tratamento. Nesse sentido, informou que recentemente o Município de Odemira tem vindo a instalar sistemas de tratamento de água no Monte da Estrada, na Nave Redonda, em São Luís, no Vale de Água e em Luzianes-Gare. -----

-----Informou ainda que os investimentos previstos no acordo de parceria da AgdA, S.A. estavam muito atrasados e que aguardava uma reformulação do plano que seria dado a conhecer à Assembleia Municipal, relembrando que no concelho de Odemira apenas tinha sido efetuada a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Nova de Milfontes, cujo término da obra se prevê durante o mês de junho do corrente ano, e o Sistema de Abastecimento de Águas ao Matadouro do Litoral Alentejano; no entanto, informou que, no momento, estavam a decorrer outros investimentos importantes que futuramente iriam servir o concelho de Odemira, designadamente as intervenções que permitirão abastecer São Martinho das Amoreiras, Amoreiras-Gare e Colos a partir da Barragem da Rocha, bem como, Luzianes-Gare e Pereiras-Gare a partir da Barragem de Santa Clara-a-Velha. -----

-----Sobre questões relacionadas com o abastecimento da água no concelho de Odemira, informou que recentemente tinham tido alguns problemas com a qualidade da água nas captações das Taliscas e Corgo da Água, sendo que, na primeira foram detetados níveis de níquel, tendo a Senhora Delegada de Saúde de Sines, que atua também em Odemira, decretado o encerramento do sistema. Sobre este assunto informou ainda que pretendia que aqueles dois sistemas de abastecimento de água por fontanários, que eram os únicos existentes no concelho, fossem convertidos em sistemas de abastecimento público e que passassem a ter um sistema de tratamento da água.-----

-----Quanto à falta de médico em Vale da Santiago, informou que esse era um problema generalizado por todo o país, com mais incidência nas zonas rurais. Informou ainda que tinha reunido com a Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., na

30-04-2013

qual fizeram o ponto de situação relativamente a questões relacionadas com a saúde no concelho, nomeadamente à preocupante falta de médicos, problemas no transporte de doentes e aos atrasos no pagamento do transporte de doentes aos bombeiros e posteriormente reuniu com o Senhor Secretário de Estado da Saúde. Informou ainda que o concelho de Odemira tinha no momento dez médicos, com a possibilidade de a breve prazo, ficarem apenas oito. O Senhor Secretário de Estado afirmou não conhecer o Litoral Alentejano, mas sabe dos problemas da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, tendo reconhecido o problema de afetação de recursos, designadamente em relação aos quadros médicos e ao transporte de doentes. O Senhor Secretário de Estado da Saúde informou ainda que em Odemira continuaria a existir serviço de urgência permanente, bem como, o serviço prestado pelo INEM e que não pretendiam encerrar qualquer Posto de Saúde, e prometeu tudo fazer para analisar a situação com a Administração daquela Unidade Local de Saúde e com o Senhor Ministro da Saúde. Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os cinco Municípios do Litoral Alentejano, através da CIMAL, solicitaram ao Senhor Ministro da Saúde o agendamento de uma reunião para debaterem as preocupações relativas à saúde que são comuns em todo o Litoral Alentejano, mas até à data não tinham obtido qualquer resposta. -----

----- Relativamente ao problema colocado pelo Senhor José Júlio de Oliveira informou que iria transmitir o assunto aos serviços de Fiscalização do Município, porque a questão relacionada com o depósito de lixo naquela zona era dramática. Disse ainda que os serviços do Município tinham muita dificuldade em programar a recolha de lixo junto das empresas hortícolas, porque muitas vezes elas não respeitavam o Regulamento Municipal de Deposição de Resíduos Sólidos. Sobre este assunto, informou ainda que o Município de Odemira iria tentar estabelecer parcerias com as empresas hortícolas, à semelhança das que foram estabelecidas com os parques de campismo, para tentar minimizar o problema. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que iria verificar junto do empreiteiro da

30-04-2013

Ponte Pedonal o problema da distância entre o gradeamento. Disse ainda que já tinha sido alertado para o estado em que se encontrava a Ladeira da Fontinha. Referiu que se tratava de uma rua com algumas dificuldades de intervenção, que eventualmente terá de ser saneada e repavimentada; no entanto, como essa obra ainda não estava programada, iria transmitir aos serviços que efetuassem uma conservação. Em relação à Rua 5 de Outubro, reconheceu que havia algum escorregamento no piso e informou que o problema já tinha sido comunicado ao empreiteiro. Em relação aos sentidos do trânsito na vila, referiu que após a conclusão das obras pretendia reunir com as Juntas de Freguesia de Santa Maria e Salvador para consolidarem o respetivo plano. -----

-----Em relação à calçada de acesso à Unidade de Cuidados Continuados de Odemira, informou que ainda não tinha sido reposta devido às obras de construção do Lar de Odemira. ---

-----Quanto ao estado do moinho de Odemira, informou que existe um projeto para recuperar e requalificar os dois moinhos e, só recentemente, o Município tinha conseguido adquirir o restante terreno; no entanto, ainda estavam dependentes da existência de uma oportunidade em termos de candidaturas comunitárias. -----

-----Por último, em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio e à necessidade de requalificar aquela vila, disse que a Requalificação Urbana em Odemira foi efetuada numa perspetiva de conseguirem benefícios a médio e longo prazos e poupança de alguns recursos, através de um melhor dimensionamento das redes existentes, da aquisição de equipamentos de iluminação pública que permitissem uma poupança acrescida de energia, para além de melhoramentos no ambiente urbano. Relembrou ainda que Colos foi a primeira vila a receber há alguns anos uma intervenção de alguma dimensão urbana, com a requalificação das redes de água, onde eram sistemáticas as roturas.-----

-----Sobre este assunto referiu ainda que, no momento, o Município de Odemira estava a intervir em algumas redes de abastecimento de água em Vila Nova de Milfontes, sendo que no

30-04-2013

âmbito do Polis existiam projetos para a Requalificação e Valorização de Vila Nova de Milfontes e de Zambujeira do Mar. Em relação a São Teotónio, lembrou que, recentemente, tinha sido aprovada pela Câmara Municipal uma Proposta do Estudo do Planeamento Urbano da Circular Interior/Variante Interna e Parque Urbano daquela vila. -----

-----Interveio o Senhor José da Silva Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que manifestou a sua preocupação relativamente ao problema relativo à qualidade de água captada nas Taliscas, referindo que a sua Junta de Freguesia não tinha sido informada. Lembrou que o furo das Taliscas foi construído pelas Juntas de Freguesia de Luzianes-Gare e Santa Maria, com a colaboração da Câmara Municipal, e que apesar de existirem alguns abusos no consumo da água, estes nunca colocaram em causa o abastecimento à população local. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que o problema tinha sido identificado recentemente, tendo a Senhora Delegada de Saúde de Sines decretado o encerramento do sistema por falta de condições no abastecimento. Nessa conformidade o Município de Odemira solicitou uma contra-análise e colocou no local um depósito de água por uma questão de precaução, enquanto se aguardava o resultado da contra-análise e, bem assim, solicitou aos serviços municipais que efetuassem o levantamento de todos os utilizadores da água. Informou ainda que os valores encontrados nas análises de água efetuadas na captação das Taliscas não punham em risco a saúde pública, mas também não cumpriam os parâmetros obrigatórios. Por último, disse que solicitou aos serviços municipais que elaborassem uma informação sobre o assunto para ser presente na próxima reunião do Executivo Municipal e, bem assim, referiu que as Juntas de Freguesia em causa iriam ter conhecimento do assunto. -----

-----Interveio novamente a Senhora Cláudia Silva que, na sequência do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter informado que aguardava o agendamento de uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde, alertou para o facto do serviço de urgência de Odemira se encontrar

com deficit de pessoal de enfermagem. Sobre esta questão disse que após a fusão entre o Serviço de Urgência Básica (SUB) e a Ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) houve um desrespeito na dotação de pessoal de enfermagem, sendo o único SUB no país que é infra numerário, porque apenas estão dois enfermeiros para o dois serviços e quando a SIV saía ficava apenas um enfermeiro em presença física no SUB para dois médicos.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que informou que aquela situação tinha sido apresentada ao Senhor Secretário de Estado da Saúde que informou que face às dificuldades financeiras do país, tinha de haver um aproveitamento máximo do pessoal, e de acordo com a média de casos urgentes por dia no SUB de Odemira não se justificava a presença de mais enfermeiros, até porque estatisticamente o serviço não perdia qualidade. O Senhor Presidente da Câmara informou que tinha contestado esse entendimento. -----

-----Interveio o Senhor Hélder António, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, que alertou para a existência de um enorme buraco nas grelhas situadas na subida para os Alteirinhos. Disse ainda que este facto já tinha sido comunicado por escrito à Câmara Municipal, no entanto, até à data tudo estava na mesma.-----

-----Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação e votação as Propostas anteriormente apresentadas, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----a) A **Proposta** sobre “Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Barradas” foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal;-----

-----Antes de se passar à votação da proposta seguinte, interveio o Senhor Manuel Coelho

30-04-2013

que relativamente a esta temática dos Votos de Pesar informou que votava sempre a favor e entendia que se devia homenagear as pessoas de uma forma uniforme, quer já tivessem falecido quer não. Disse ainda que reportava a sua intervenção a casos que se passaram naquela Assembleia Municipal onde esperava que as questões relacionadas com os partidos políticos não pudessem ser seguidas, quando estava em causa por exemplo pessoas que já exerceram funções políticas. Referiu ainda que pese embora as quezílias que sempre existem no exercício de cargos políticos, é importante que quando se olha para o passado saibam todos sem exceção usar do mesmo critério de solidariedade e de sensibilidade relativamente a quem se esforçou.---

----- Por último, disse que era solidário com a proposta anterior e relativamente à próxima proposta, apesar de não conhecer muito a pessoa em causa, informou que também iria votar a favor. --- -----

----- b) A **Proposta** sobre “Voto de Pesar pelo falecimento de João Honrado” foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal; -----

----- Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo

30-04-2013

Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de fevereiro a trinta e um de março do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

-----Não se registou qualquer pedido de esclarecimento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento.-----

-----**Ponto dois:** PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“7 - ASSUNTO N.º 0266-2013 - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012-----

-----Foi presente a informação n.º. 110/2013, datada de 15/04/2013, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, bem como, os documentos relativos à Prestação de Contas do ano de 2012:-----

-----I – Relatório de Gestão; -----

-----II – Anexos às Demonstrações Financeiras;-----

-----III – Mapas de Prestação de Contas; -----

-----IV – Certificação Legal das Contas-----

-----Propõe-se a aprovação dos documentos relativos à Prestação de Contas referente ao ano 2012, bem como, o envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, de acordo com a alínea e) do n.º. 2 do artigo 64.º da Lei n.º.169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----Propõe-se para apreciação e aprovação, bem como, remessa à Assembleia Municipal para deliberação.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo ambos apresentado Declarações de Voto escritas, que seguidamente se transcrevem: -----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO -----

30-04-2013

----- Ao apreciarmos a Prestação de Contas do ano de 2012, não podemos deixar de referir alguns aspectos, que consideramos, merecem alguns reparos: -----

----- • Os que são referidos pela empresa BDO & Associados – alguns que já são velhos nos reparos efectuados, mas que até esta data continuam por executar, outros que diferem nos entendimentos e ainda outros cujos resultados são considerados imprevisíveis, pois desconhecem-se as decisões e, os gestores não querem considerar provisões para riscos e encargos; -----

----- • Outros – referidos pelos da CDU quando da apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012, em que dizíamos que as receitas estavam bastante empoladas, acabou por a verdade vir ao de cima, vejamos:-----

----- a previsão de arrecadar o valor de 2.953.000,00€ de Venda de Bens de Investimento, durante o ano apenas foi arrecadado o valor de 30.777,06€;-----

----- a previsão inicial de arrecadar de receitas capital o valor de 19.600.000,00€, esta ficou-se apenas por 8.474.140,73€, isto é entraramnos cofres do Município menos 11 milhões de euros que inicialmente previram. É obra este desvio tão significativo quando as regras do POCAL são bem claras; -----

----- é curioso que entretanto aquilo que o cidadão e as empresas pagam em Impostos Directos e Impostos Indirectos, o Município arrecadou cerca de 1 milhão de euros a mais do previsto; -----

----- •A verdade, é que de uma previsão inicial global de receitas de 39.380.000,00€, que contestámos na altura própria, apenas foi arrecadada a receita de 28.590.917,27€, isto é, o erro foi cerca de 10,5 milhões de euros a menos, entrados nos cofres do Município. -----

----- • Tal como dissemos no momento certo – “Este Orçamento é irreal e está sobrevalorizado em muitos milhões de euros na parte da receita”. Afinal o tempo deu-nos razão. --- -----

30-04-2013

-----• O que nos parece ainda mais grave e já há algum tempo que vimos a tecer várias considerações tem a ver com as despesas. -----

-----• Vejamos, que uma despesa global e real em 2011 no valor de 26.805.439,30€ no final do ano de 2012 foi de 27.669.654,14€, isto é superior em mais de 800 mil euros do que no ano de 2011; -----

-----Dos mais de 18 milhões de euros consumidos em despesa corrente, continuamos a verificar que este valor é praticamente relativo a despesas obrigatórias e fixas, as quais têm uma tendência a aumentar com a crise instalada e os diversos encargos acrescidos, nomeadamente, seguros, combustíveis, electricidade e outros; -----

-----Com tudo o que referimos, não conseguimos compreender que se chegue a 31 de Dezembro de 2012, com dinheiro em cofre e nos bancos no valor de 3.319.159,61 euros. -----

-----As razões deste encaixe de dinheiro em bancos, parado, que durante o ano chegou a 5 milhões de euros, só tem uma explicação (a nosso ver) – 2013 é ano de eleições e, há que realizar algumas obras e prometer outras, e gastar muito dinheiro em muitas e muitas festividades, como se vivêssemos num “mar de rosas”. -----

-----• Tal como dissemos, afinal tudo praticamente se veio a comprovar, nomeadamente:

“As obras que constavam no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, como referimos na altura, tudo não passava de um conjunto de promessas irreais e nada credíveis, veio a confirmar-se; -----

-----Afinal tínhamos razão quando dissemos: “Por todo este conjunto de questões e muitas outras que aqui poderíamos referir, tais como, a enormidade de projectos inscritos em plano e orçamento com verbas irrisórias só para que se diga que está previsto em orçamento tudo é irreal”; -- -----

-----“Por outro lado na apreciação que agora fazemos à prestação de Contas e ao seu Relatório, que também na altura própria o dissemos, não existe qualquer correspondência com

30-04-2013

o dinamismo, rigor e transparência prometido; -----
-----“Não se manifestou até ao dia de hoje numa maior celeridade na apreciação e
resolução dos processos de obras e outras solicitações dos cidadãos, bem pelo contrário, a
morosidade nas respostas, as diversas interpretações, pareceres e procedimentos de leis e
regulamentos são uma constante”; -----
-----“Continua evidente a falta de qualidade da água que bebemos, a higiene na recolha e
tratamento de lixos, o parque de máquinas e viaturas em completa degradação, os
equipamentos e edifícios municipais com falta de conservação, alguns em perfeito estado de
ruínas, etc, etc; -----
-----“Não é correcto que se tente iludir os eleitos e os cidadãos desta forma”; -----
-----“Não tínhamos e não temos qualquer dúvida de que é urgente e necessária uma
verdadeira mudança na gestão autárquica, que é preciso motivar os trabalhadores do Município,
os eleitos das Freguesias, a actividade económica, os investidores, os cidadãos, para que se
corrijam situações menos claras e se preste um serviço de qualidade que é necessário e
fundamental.-----
-----Os reparos que fazemos, perante os documentos que compreendem a Prestação de
Contas hoje em apreciação, falam por si, dando razão aos eleitos da CDU que há muito
reclamam uma mudança de atitudes e de verdades, que têm de ser enfrentadas e resolvidas.
É por este conjunto de questões que votamos contra. -----
----- Odemira, 2013.04.18 -----
----- Os eleitos da CDU,-----
----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro -----
----- a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas -----
----- a) António Manuel Assude Ferreira”. -----
-----“DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA NA

30-04-2013

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA -----

-----O ano de 2012 foi o terceiro ano completo do atual mandato autárquico, numa época marcada pelas restrições orçamentais e pela incerteza do quadro macroeconómico nacional e internacional, tendo este quadro de referência condicionado significativamente a política municipal e exigido uma gestão autárquica que promoveu o equilíbrio entre a realidade atual e a ambição das suas realizações, a sustentabilidade dos investimentos e dos serviços prestados.--

-----Tendo por base o orçamento de estado para 2012, confirmou-se a tendência de redução de receitas municipais provenientes das transferências do estado, correspondendo em 2012 a um corte de 5,1% relativamente aos valores previstos no orçamento do estado de 2011 e que decorreu do agravamento da conjuntura internacional, tendo o Governo Português recorrido ao apoio financeiro internacional e em consequência disso, ter acordado com a TROIKA a redução significativa da despesa nacional, com impacte relevante nos orçamentos municipais.-----

-----Mesmo neste quadro, gerindo constrangimentos financeiros delicados, verifica-se pelo Relatório de Gestão de 2012 que a Câmara Municipal de Odemira continuou o processo de concretização do desenvolvimento do concelho, dando continuidade a um conjunto muito significativo de realizações já em curso e de novas iniciativas, que se traduziu numa execução orçamental superior a 70%, tendo a receita total obtida sido superior em 3,3% à despesa total, com destaque muito relevante para as receitas obtidas com origem em aprovações e execuções de projetos Candidatados ao QREN 2007/2013, apresentando a execução orçamental em 2012 uma realização de 27.669.654,14 euros, repartida por 9.375.379,44 euros de despesa de Capital, o que representa 33,9%, e uma despesa Corrente de 18.294.274,70 euros, correspondente a 66,1%. Ainda em 2012, a Receita total obtida foi de 28.590.917,27 euros, da qual 30% em receita de Capital.-----

-----Da análise dos números anteriores e da execução do PPI (que cresceu 30%

30-04-2013

relativamente ao ano anterior) permite-se desde logo concluir da gestão equilibrada e da tendência crescente na execução de investimentos, tendo a gestão assentado no cumprimento dos objetivos, marcada pela redução da despesa, incrementando e diversificando as fontes de receita, nomeadamente pela captação de diversos Fundos Comunitários. -----

-----Por comparação com o ano anterior, conclui-se que, a despesa corrente diminui em 5,2% com especial destaque para a redução da despesa de pessoal em 16,2% (já havia diminuído 11,3% em 2011), ou seja, prosseguiu a tendência do ano anterior, apesar do contexto orçamental em 2012, com novas dificuldades, por força da crise que o País e o Mundo atravessam, com a aplicação de cortes nas transferências para as autarquias (cerca de 600.000 euros à CM de Odemira), e muito especialmente decorrentes do acordo com a TROIKA, e pela diminuição da Derrama e Taxas Municipais (especialmente decorrentes do continuado decréscimo no licenciamento de obras particulares).-----

-----No ano 2012 e apesar das dificuldades, foram concretizadas boa parte das perspectivas gizadas e presentes aquando da apresentação, apreciação e aprovação do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2012 em Dezembro de 2011 quer pelo Órgão Executivo quer pela Assembleia Municipal, realizando um trabalho intenso, destacando-se um vasto conjunto de parcerias com os Cidadãos, as Associações, o Governo e outras Entidades da Administração Central e Local, com destaque especial para as parcerias com as 17 Juntas de Freguesia do concelho. -----

-----A verdade é que se constata que em 2012 prosseguiram as obras de intervenção previstas na Candidatura aprovada pelo InAlentejo de Requalificação Urbana do Centro de Odemira, teve início a construção da Ponte Pedonal sobre o rio Mira em Odemira e deu-se continuidade à intervenção urbana de requalificação que decorre em Colos, tendo sido lançado a concurso a requalificação urbana de Algoceira, tendo em 2012, o Município de Odemira reforçado o seu capital social em 1.881.600,00 euros na Sociedade Polis, passando a totalizar

30-04-2013

3.136.000,00 Euros no final do ano. -----

-----Por outro lado, também em 2012, se destaca o apoio da Câmara Municipal às instituições particulares de solidariedade social do Concelho, na aprovação de protocolos de apoio em projetos, acompanhamento de obra e subsídios, na construção dos novos equipamentos de Lar da APCO e de Lar de Idosos da SCMO ambos em Odemira, do novo Lar em S. Luís, bem como do novo Lar em Vila Nova de Milfontes, este último já concluído e os 3 primeiros atualmente em construção. -----

-----Em 2012 prosseguiram igualmente, as ações de implementação de diversas medidas de simplificação e modernização administrativa constantes do Programa “Odemira Simplifica”, das quais se destacam a implementação da Gestão Documental eletrónica e o desenvolvimento e implementação da Intranet Municipal, bem como a adoção de um novo site municipal, mais moderno, atualizado e dinâmico, tendo-se preparado e operacionalizado o processo de certificação de serviços no atendimento municipal. -----

-----Sublinha-se igualmente no domínio da Promoção e Dinamização da Atividade Económica Local, o início da implementação do Balcão do Empreendedor, com o objetivo de melhorar o serviço prestado aos promotores de atividades económicas no concelho de Odemira, a parceria com o IEFP, relativa à logística e funcionamento do GIP de Odemira, a criação da Bolsa de Emprego, a Rede de Fomento do Empreendedorismo do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral (Protocolo c/ IPB, ADRAL e Sines Tecnopolo), a divulgação e apoio a candidaturas dos Incentivos PRODER – ADL e ESDIME, o apoio à DECO, o apoio logístico e parcerias com as Casas Brancas, ACL e TAIPA, bem como o apoio e fomento de diversas atividades formativas.

-----Na promoção, destacam-se as dinâmicas produzidas a partir dos Postos de Turismo, os novos mapas e folhetos promocionais e a dinamização do comércio local, de que são exemplo a dinamização do mercado municipal, as visitas turísticas, as semanas gastronómicas, e diversos Colóquios, Workshops e sessões de esclarecimento relacionadas com assuntos de

30-04-2013

interesse para o tecido empresarial, destacando-se também a realização da 1ª edição da Feira da Caça Maior no espaço de Feiras e Certames em S. Teotónio. -----

----- Das Escolas às Estradas, do Saneamento Básico aos equipamentos Socioculturais, dos Parques infantis, da Qualificação Urbana, das Piscinas à Biblioteca, assistiu-se à realização de obras e prestação de serviços, com o objetivo de elevar a qualidade de vida de todos nós. -----

----- A realização de atividades na área da Acção Social, na Educação, na Juventude, na Cultura, nas novas Tecnologias da Informação e na Comunicação, no Ambiente, no apoio ao trabalho das Associações, nas várias iniciativas realizadas, são sem dúvida, outro tipo de obra que assinala a construção de solidariedade entre todos, fundamental para a construção de uma melhor qualidade de vida, numa sociedade mais activa e participativa, com particular destaque para a promoção da cidadania e da participação dos cidadãos na gestão pública dando início à concretização dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2011, e simultaneamente desenvolvendo o processo do segundo ano de Orçamento Participativo no Município de Odemira, prática que permite aos cidadãos participarem ativamente no processo de decisão dos investimentos públicos municipais.-----

----- De realçar igualmente um vasto conjunto de iniciativas e participações e/ou liderança em parcerias para a concretização de projectos de dimensão municipal, regional e nacional, dos quais se destacam: o Matadouro do Litoral Alentejano, projectos no âmbito do Polis do Litoral Sudoeste, a construção da ETAR de Vila Nova de Milfontes pela AgdA, SA – Águas “em Alta” da Região do Alentejo Litoral, Baixo, e Alentejo Central, e projectos na CIMAL – Comunidade InterMunicipal do Alentejo Litoral.-----

----- Destacamos ainda pelo relevo, a candidatura ao concurso nacional das “7 Maravilhas – Praias de Portugal”, tendo Odemira obtido amplo destaque em duas das 7 categorias, nas Praias de Rios e Praias Urbanas, com a obtenção do Galardão máximo, respetivamente na praia de Furnas e praia de Zambujeira do Mar, o que atribui uma notoriedade nunca antes conseguida

30-04-2013

pelo património natural do concelho, confirmando o trabalho de promoção e afirmação regional e nacional que vem sendo realizado.-----

-----Neste contexto, face ao trabalho desenvolvido patente no Relatório de Actividades, à clareza da documentação apresentada e aos resultados obtidos, os eleitos do Partido Socialista no Executivo Municipal VOTAM FAVORAVELMENTE a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012 da Câmara Municipal de Odemira, saudando todos quantos estiveram envolvidos nas suas realizações em 2012, pelo contributo que foram capazes de dar.-----

-----Odemira 18 de Abril de 2013,-----

-----Os Eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Odemira, -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro -----

-----a) Hélder António Guerreiro-----

-----a) Sónia Isabel Nobre Correia -----

-----a) Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso”. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto três:** TERCEIRA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2013: SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E SEGUNDA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de

documentos desta sessão: -----

----- “8 - ASSUNTO N.º 0269-2013 - 3ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2013: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E 2ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) -----

----- Foi presente a informação n.º.2013/115-PGO, datada de 16/04/2013, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, a apresentar a 3ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2013, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 2ª.Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª.Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª. Revisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e na 2ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Inscrições/reforços: 3.434.159,61€ (Três milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e sessenta e um cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 1.272.000,00€ (Um milhão, duzentos e setenta e dois mil euros). -- -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA: -----

----- Inscrições/reforços: 2.626.159,61€ (Dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e nove euros e sessenta e um cêntimos); -----

----- Diminuições/anulações: 464.000,00€ (Quatrocentos e sessenta quatro mil euros). -----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

----- Inscrições/reforços: 880.600,00€ (Oitoøentos e oitenta mil e seiscentos euros); -----

----- Diminuições/anulações: 19.000,00€ (dezanove mil euros). -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/reforços: 1.180.000,00 € (Ummilhão cento e oitenta mil euros); -----

30-04-2013

-----Diminuições/anulações: 520.000,00 € (Quinhentos e vinte mil euros).-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos e, bem assim, que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto quatro:** PROPOSTA Nº 18/2013 P - REPROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PROGRAMA POLIS DO LITORAL SUDOESTE: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ---

-----“3 - ASSUNTO N.º 0265-2013 - PROPOSTA Nº 18/2013 P - REPROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PROGRAMA POLIS DO LITORAL SUDOESTE-----

-----Foi presente a Proposta nº 18/2013 P, datada de 15/04/2013, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, que seguidamente se transcreve:-----

-----"Proposta nº. 18/2013 P-----

-----Reprogramação física e financeira do Programa POLIS-----

-----do Litoral Sudoeste-----

-----1 – Enquadramento-----

-----Em 2009, o Município de Odemira em conjunto com os Municípios de Sines, Aljezur,

30-04-2013

Vila do Bispo e o Estado Português (representado pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território), decidiram formar a Sociedade Polis do Litoral Sudoeste, cujo objetivo foi definido genericamente para requalificar e valorizar o Litoral Alentejano e a Costa Vicentina. --

-----Na sequência de diversas reuniões de apreciação das propostas de intervenção das entidades supra referidas foi definido o modelo da Sociedade e a proposta de plano de intervenção a realizar.-----

-----Em reunião ordinária realizada em 23/07/2009, a Câmara Municipal de Odemira aprovou, por maioria a constituição da Sociedade e a proposta do Plano Estratégico, tendo a Assembleia Municipal de Odemira confirmado a respetiva proposta na sua sessão extraordinária realizada em 29/07/2009.-----

-----Todas as entidades integrantes aprovaram a constituição da Sociedade, pelo que, e para operacionalização das intervenções de requalificação e valorização do litoral alentejano e costa vicentina foi constituída, e formalizada pela publicação do Decreto-lei nº.244/2009, de 22 de setembro, a Sociedade Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A., sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos.-----

-----Esta sociedade foi constituída com um capital social inicial de 19.600.000,00€, subscrito pelo Estado Português, com uma participação correspondente a 51% do capital social, o Município de Odemira com uma participação correspondente a 19,2% do capital social, o Município de Aljezur com uma participação correspondente a 11,4% do capital social, o Município de Vila do Bispo com uma participação correspondente a 10,4% do capital social, e o Município de Sines com uma participação correspondente a 8% do capital social;-----

-----Importa ainda sublinhar que o plano estratégico da intervenção de requalificação e valorização do sudoeste alentejano e costa vicentina foi elaborado tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborada pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do

30-04-2013

Território e do Desenvolvimento Regional, em articulação com os Municípios envolvidos. -----

-----A implementação da proposta inicial do plano estratégico assentava num conjunto de projetos/ações estruturantes para a requalificação e valorização do território, cujo investimento total importava em 47.343.998,00€, prevendo-se a sua execução no período de 2010 a 2013. ----

-----2 – Desenvolvimento -----

-----Em sequência à constituição da Sociedade, foram criadas condições logísticas na sede do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em Odemira, para a instalação das equipas de trabalho e reuniões dos órgãos da Sociedade, tendo sido assinado um contrato de prestação de assistência técnica com a Sociedade ParquExpo, que ao longo destes 3 anos tem assegurado o desenvolvimento dos estudos e projetos técnicos, consulta às entidades, preparação de concursos, candidaturas ao QREN e relatórios de progresso. -----

-----Porém, em 2011 e em consequência do agravamento da crise orçamental do Estado Português, o Governo de Portugal determinou a suspensão do lançamento de concursos de execução das ações previstas, determinando igualmente que se elaborasse uma reprogramação do QREN (fonte financiadora de mais de metade do Programa), e a reavaliação das propostas dos planos estratégicos dos Programas Polis aprovados, e em paralelo, tornou público que a ParquExpo se deveria extinguir em 2013. -----

-----Esta decisão, não obistou ao desenvolvimento dos estudos e projetos, mas representou um atraso significativo no desenvolvimento da programação inicialmente estabelecida o que provocou direta e indiretamente um atraso de um ano e meio na execução física e financeira do Polis SW. -----

-----Entretanto, e não obstante os pedidos reiterados dos Municípios para um rápido desbloqueamento da situação, apenas em 02/10/2012, se realizou em Évora, na CCDRA, a muito solicitada reunião com a Senhora Ministra e os responsáveis do QREN (do Alentejo e Algarve) para conhecer e apreciar a proposta de reprogramação apresentada pela Senhora

30-04-2013

Ministra (só conhecida nesse dia) e as suas possibilidades de financiamento. -----

----- A proposta apresentada previa a redução de 11 milhões de euros de investimentos, o que mereceu a discordância dos Municípios, que informaram a Senhora Ministra que apresentariam uma contra-proposta. -----

----- 3 – Situação Atual-----

----- Após várias reuniões dos Municípios associados e do Conselho de Administração da Sociedade, foi apresentada uma contra - proposta de reprogramação à Senhora Ministra, em novembro de 2012, tendo esta obtido a sua concordância apenas em 08/02/2013, proposta esta, que se anexa e que constitui o retornar da necessária estabilidade ao Programa, permitindo assim, proceder à conclusão dos estudos, projetos e lançamento dos concursos de execução. ----

----- Entretanto, subsistiam dúvidas quanto ao futuro da Sociedade ParquExpo, SA e se esta entidade continuaria a trabalhar no desenvolvimento dos Programas Polis, situação que foi esclarecida com a publicação recente do Decreto-lei nº 48/2013, de 5 de abril, onde se admite que a Sociedade ParquExpo, SA, concluirá os contratos existentes, como é o caso do presente, pelo que continuará esta Sociedade a concretização do Polis do Litoral Sudoeste.-----

----- Importa ainda referir que estão em curso, estudos, projetos e já foram lançados diversos concursos de execução de obras conforme o descrito no ponto de situação de cada ação prevista, Anexo à presente proposta. -----

----- 4 – Proposta de Reprogramação -----

----- No contexto supra descrito e tendo por base: -----

----- O desvio na execução física e financeira do programa, o qual inviabiliza a sua conclusão até 31/12/2013;-----

----- A orientação manifestada pelo Estado, no sentido de reduzir a sua participação no capital social da Sociedade, e a conseqüente diminuição do investimento previsto com recurso a esta fonte de financiamento para contrapartida nacional; -----

30-04-2013

----- A decisão da Senhora Ministra de não financiar pelo Estado as execuções da ecovia e ciclovias previstas inicialmente, consideradas pelas Autarquias essenciais à qualificação do Programa;-----

-----Considerando ainda que, quanto as ações a desenvolver, e no caso concreto do Concelho de Odemira:-----

-----• Além das ações nos Portinhos de Lapa de Pombas, Entrada da Barca, e do Canal em Vila Nova de Milfontes, se considera necessário o alargamento da intervenção ao Portinho da Azenha do Mar;-----

-----• Se deveriam aumentar os investimentos previstos nas praias, por forma a contemplar a globalidade dos trabalhos previstos em projeto;-----

-----Tendo por fim, o despacho favorável da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território à proposta de reprogramação física e financeira do Programa Polis do Litoral Sudoeste, consensualizada com os Municípios, a qual considera o prolongamento da intervenção, até junho de 2015;-----

-----Consensualizou-se uma redução global do investimento de 47.343.988,00€ para 40.134.723,00€, ou seja cerca de 6,6 milhões de euros, o que representa -14% do investimento inicialmente previsto, importando destacar que no processo de “negociação”/reprogramação, foram considerados e aceites;-----

----- Quanto ao financiamento do plano de investimento:-----

-----• Aumento das taxas de comparticipação dos Planos Operacionais Regionais de 52% para 60%;-----

-----• Financiar através do POVT algumas ações consideradas inicialmente no Inalentejo, nomeadamente as intervenções nas praias e qualificação dos pequenos aglomerados urbanos costeiros da Zambujeira do Mar e Portinho de Porto Covo;-----

-----• Considerar o aumento de 3.369.177,00€ para 4.322.312,00€ de assunção da despesa

30-04-2013

relativa aos custos da estrutura de funcionamento da Sociedade pelo MAMAOT (principal responsável pelos atrasos no Programa) com a respetiva redução nos Municípios, o que no caso do Município de Odemira se traduz numa redução de 979.368,00€ para 546.491,00€; -----

-----• Não considerar, na execução da ecovia e ciclovias, o financiamento do MAMOT, passando a contrapartida nacional a ser assumida pelos Municípios, mantendo desta forma a criação destas “vias”; -----

-----• Considerar o alargamento da intervenção e o financiamento do Município de Santiago do Cacém para comparticipação no custo das intervenções previstas no seu Concelho, nomeadamente do troço da ecovia entre São Torpes e Santo André, e da requalificação da envolvente da praia de Santo André; -----

----- Neste quadro: -----

----- Em relação ao financiamento proveniente do capital social dos acionistas considera-se uma variação de -2,00 milhões de euros no MAMAOT e de -1,92 milhões de euros nos Municípios, o que no caso concreto do Município de Odemira se traduz numa redução de 119.154,00€, ou seja, o capital social a realizar diminui de 3.763.200,00€ para 3.644.046,00€, estando já constituídos 3.136.000,00€. -----

----- Em relação às ações previstas, o Município de Odemira continuará a contar com o essencial do previsto inicialmente, pois a redução do capital social é compensada pelo aumento da comparticipação do QREN e diminuição dos custos da Estrutura. -----

----- Assim, tendo presente o contexto descrito e o enquadramento da proposta, tenho a honra de propor que a Exm^a. Câmara Municipal delibere aprovar a reprogramação física, financeira e temporal do programa Polis Litoral Sudoeste nos termos propostos e o respetivo programa estratégico, bem como as alterações decorrentes à escritura da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, Lda. Com uma participação do Município de Odemira no capital social até 3.664.046,00€, sendo que já nesta data estão constituídos pelo Município de Odemira, o

30-04-2013

montante de 3.136.000,00€.

-----Odemira, 15 de abril de 2013-----

-----O Presidente da Câmara, -----

----- a) José Alberto Guerreiro, Eng.º -----

-----Anexam-se à presente Proposta: -----

-----• Ofício datado de 04/03/2013, da Sociedade Polis, contendo os pressupostos da reprogramação física e financeira, bem como o despacho favorável da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;-----

-----• Decreto-lei n.º 48/2013, de 5 de abril;-----

-----• Mapa de Investimentos e Financiamento da Intervenção por Projeto; -----

-----• Ponto da situação por cada ação prevista para Odemira". -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e a abstenção dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o Senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que o quadro que acompanhava aquele ponto refere-se ao investimento inicial previsto e à reprogramação efetuada para o ano dois mil e treze apenas para o concelho de Odemira. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que informou que tendo em conta que a documentação integral era muito volumosa foi selecionado o que dizia respeito ao concelho de Odemira, no entanto, esse facto não inviabilizava que pudesse ser fornecido um exemplar completo do documento em causa, se assim o entendesse.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

30-04-2013

Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, dez abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto cinco:** PROPOSTA Nº 19/2013 P - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA A TAIPA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE PESCADORES E MORADORES DA AZENHA DO MAR: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“6 - ASSUNTO N.º 0271-2013 - PROPOSTA Nº 19/2013 P - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODEMIRA A TAIPA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE PESCADORES E MORADORES DA AZENHA DO MAR-----

----- Foi presente a Proposta nº 19/2013 P, datada de 10/04/2013, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, que seguidamente se transcreve:-----

----- "Proposta nº. 19/2013 P -----

----- Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Odemira a TAIPA e a Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar -----

----- Considerando que: -----

----- • A visão estratégica para o desenvolvimento económico do concelho passa, sobretudo pelo aproveitamento das oportunidades que podem permitir a criação de condições de atratividade de investimento, atividades e pessoas para o Concelho. -----

----- • Os Municípios, enquanto entidades públicas com uma relação de proximidade com as populações, têm uma importante função na definição e desenvolvimento de uma política que promova a promoção da valorização da imagem social da atividade da pesca e dos profissionais

30-04-2013

do sector, bem como a promoção da identidade das comunidades piscatórias e o reforço da competitividade das mesmas;-----

-----• As Associações são estruturas que, dada a sua proximidade com os cidadãos, se afirmam como pólos de desenvolvimento local, promovendo a crescente oferta de atividade;----

-----• O Município de Odemira sempre apoiou as Associações e Coletividades em candidaturas a Fundos Comunitários que promovam o desenvolvimento económico, participado com a componente Nacional;-----

-----Considerando ainda que os projetos “Gabinete Itinerante de Apoio às Comunidades Piscatórias”, “Valorizando”, “Cabaz do Mar” e “Implementar o Cabaz do Mar” surgem no âmbito da aprovação de uma candidatura efetuada pela TAIPA e pela Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar, ao PROMAR – Programa Operacional Pescas 2007-2013, Eixo 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca, e caracterizaram-se pela sustentabilidade dos recursos e das atividades locais dotando as comunidades de novas ferramentas geradoras de riqueza quer ao nível social e nível económico, no sentido de diversificar o sector da pesca criando assim atividades complementares ao mesmo.-----

-----Tenho a honra de propor que a Exm^a. Câmara Municipal delibere, nos termos do artigo 67º. Conjugado com a alínea b) do nº.4 do artigo 64º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Odemira, a TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira e a Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar, o qual tem por objeto atribuir um subsídio no valor total de 86.294,98€, às referidas associações, com vista à implementação dos projetos “Gabinete Itinerante de Apoio às Comunidades Piscatórias”, “Valorizando”, “Cabaz do Mar” e “Implementar o Cabaz do Mar”.-----

30-04-2013

----- Tendo ainda em conta a calendarização dos projetos, proponho que no 1º. semestre de 2013 seja transferido para as associações o valor total de 43.500,00€, e no 1º. semestre de 2014 o valor total de 42.794,98€. -----

----- Face à legislação em vigor e à plurianualidade dos projetos proponho ainda que a presente proposta, caso seja aprovada, seja submetida à apreciação e deliberação da Exmª. Assembleia Municipal. -----

----- Odemira, 10 de abril de 2013-----

----- O Presidente da Câmara, -----

----- a) José Alberto Guerreiro, Engº." -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara, para outorgar em representação do Município. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e da Senhora Vereadora Maria da Piedade Barradas, eleita pela Coligação Democrática Unitária e as abstenções dos Senhores Vereadores Cláudio Percheiro e António Assude Ferreira, eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Os Senhores Vereadores Cláudio Percheiro e António Assude Ferreira, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto verbal que seguidamente se transcreve: -----

----- “Abstemo-nos por considerarmos que subsistem algumas dúvidas acerca das candidaturas apresentadas ao programa PROMAR”. -----

----- Interveio o Senhor Manuel Amaro Figueira que informou que tinha algumas dificuldades em aceitar este assunto nos rigorosos moldes em que era colocado, porque como preside ao Órgão de Administração do PROMAR - Eixo quatro, esteve presente na apreciação daqueles projetos e a razão do corte das verbas elegíveis teve por fundamento o facto de considerarem que se tratava de uma forma de financiamento de quadros técnicos, com base, no

30-04-2013

projeto e assim financiar a organização que vai gerir o projeto, uma vez que estavam a pagar salários.- -----

-----Referiu que também tinha alguma dificuldade em analisar esta questão, porque os fundos públicos deixavam de ser financiados pelo programa e passavam a ser financiados pelo Município de Odemira. Informou ainda que aceitava melhor que o pagamento das verbas consideradas elegíveis fosse assumido pelo Município, uma vez que considerava um pouco forçado o pagamento das verbas consideradas não elegíveis.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que considerou que deveriam equacionar se as verbas em causa eram essenciais ao desenvolvimento da solução global da proposta. Informou ainda que sempre houve situações semelhantes e na prática o Município de Odemira sempre efetuou a complementaridade das partes não elegíveis.-----

-----Relembrou ainda que estava em causa o desenvolvimento de um projeto de apoio à atividade económica, podiam concordar ou não com o seu objetivo e com as atividades que eram essenciais; no entanto, referiu que, fazia sentido, que a proposta fosse na sua globalidade considerada elegível.-----

-----Por último, informou que a proposta em apreciação foi amplamente debatida no Executivo Municipal que considerou que ela fazia sentido tal como estava.-----

-----Interveio novamente o Senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que o programa do PROMAR não se destinava a financiar atividades económicas propriamente ditas, mas sim projetos das comunidades piscatórias. Referiu ainda que não estava em causa a natureza dos projetos.-----

-----Relembrou também que, posteriormente, teriam de efetuar a avaliação da execução do projeto e dos respetivos resultados e seria extremamente desagradável que se chegasse à conclusão que a execução do projeto se traduzia na transferência de fundos para uma entidade e que pouco tivesse sido destinado aos pescadores, para os quais o programa foi criado.-----

30-04-2013

-----Por último, referiu que o papel do Município junto das associações que existem no território deve ser tão transparente quanto possível. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que lembrou que a proposta em causa tinha sido aprovada pelo PROMAR em cento e trinta mil euros de verba elegível, no conjunto dos três projetos apresentados, e esse facto tinha influenciado a decisão do Executivo Municipal. Disse ainda que o Município de Odemira nunca recusou apoiar a parte não financiada de projetos de candidaturas aprovadas em programas de apoio financeiro. -----

-----Interveio novamente o Senhor Manuel Amaro Figueira que lembrou que, um dos projetos tinha candidatado uma verba total de cinquenta mil euros e o valor considerado elegível foi de dezasseis mil euros. Referiu ainda que o Município de Odemira sempre financiou a componente de autofinanciamento quando se trata de projetos de investimento efetuados no território do concelho, em que o saldo obviamente era largamente positivo para o Município. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que lembrou que a proposta em questão englobava um investimento total que ultrapassava os duzentos mil euros, com o financiamento por parte do Município de Odemira no valor de apenas oitenta e seis mil euros repartidos por dois anos. -----

-----Interveio a Senhora Helena Loermans que referiu que era utente do Cabaz da Horta que também foi um projeto implementado pela Taipa-Organização Cooperativa para Desenvolvimento Integrado Concelho Odemira CRL, há cerca de dez anos, e atualmente era autossustentável. -----

-----Interveio o Senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que os projetos que constituem a proposta em causa interligam-se e dependiam uns dos outros. Disse ainda que a proposta foi debatida no Executivo Municipal e a dúvida que teve foi relativamente aos objetivos a alcançar, uma vez que o projeto poderia gerar conflitos com os pescadores, com os

30-04-2013

comerciantes e com as pessoas que vão à lota.-----

-----Considerou ainda que não podiam comparar aquela proposta com o projeto “Cabaz da Horta”, porque este é constituído por produtos da terra, mais económicos e controláveis, enquanto o peixe é mais incerto. -----

-----Por último, questionou como estava prevista a distribuição do valor da venda dos cabazes de pescado numa associação que não tinha fins lucrativos e, bem assim, o que isso obrigaria em termos de fiscalidade e contabilidade.-----

-----Interveio o Senhor Manuel Amaro Figueira que referiu que a experiência francesa que tem por base a ideia da criação daquela proposta não devia ser transferida diretamente para Portugal, porque a legislação era completamente diferente. Informou ainda que já existem experiências deste género em Portugal (por exemplo na região de Sesimbra) que têm encontrado grandes dificuldades de natureza legal na sua implementação.-----

-----Por último, disse que como membro da Assembleia Municipal preocupava-se com a forma como eram utilizados os dinheiros públicos no Município de Odemira, uma vez que deviam ser aplicados com parcimónia e prudência. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara que considerou que, naquele caso, deveria ser dada a oportunidade de elaborarem o estudo, uma vez que, o concelho de Odemira tinha produtos do mar de excelência e tinham a possibilidade de iniciar um processo que levava à sua valorização. Para além disso, havia a oportunidade de financiamento e o entusiasmo de uma associação de pescadores que era única no concelho de Odemira.-----

-----Interveio o Senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que tinha assistido a várias reuniões entre a TAIPA e os pescadores da Azenha do Mar sobre aquela proposta e estes tinham ficado extremamente entusiasmados com os projetos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual

30-04-2013

foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto seis:** REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0268-2013 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE ODEMIRA -----

----- Foi presente a informação nº 26/2013, datada de 16/04/2013, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, a dar conhecimento que em reunião ordinária realizada em 21/02/2013, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Odemira, e bem assim submetê-lo a apreciação e discussão pública, pelo prazo de 30 dias, de harmonia com o disposto no artigo 118º. Do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Da informação supra, consta ainda que o Projeto de Regulamento de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Odemira foi publicado no Diário da República nº. 56, de 20/03/2013, e até à presente data não foi recebida neste Município qualquer proposta de alteração ou sugestão, no entanto o prazo para apresentação das sugestões só termina no próximo dia 19/04/2013. Porém e tendo em conta a realização de uma Assembleia Municipal em 30/04/2013, urge aprovar definitivamente o referido Regulamento, pelo que se propõe a aprovação condicionada do mesmo, caso não se venha a registar qualquer proposta de alteração ou sugestão, no âmbito da discussão pública, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal

30-04-2013

para apreciação e deliberação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º. Da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação. -----

-----Mais se informa que após o término do prazo de apreciação e discussão pública, do Regulamento supra mencionado será prestada informação sobre o resultado da mesma, a qual será junta ao processo a submeter à Assembleia Municipal. -----

-----Propõe-se a apreciação e deliberação.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e, bem assim, deliberou por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal nas condições expressas na presente proposta.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto sete:** PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE ATIVIDADE DESPORTIVA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0133-2013 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE ATIVIDADE DESPORTIVA-----

-----Foi presente a informação n.º 116, datada de 29 de janeiro de 2013, proveniente da Divisão de Cultura, Desporto e Saúde, na qual consta que decorridos os trinta dias de apreciação pública da Proposta de Regulamento de Atribuição de Prémios de Atividade Desportiva, não foram recebidas quaisquer sugestões de alteração, pelo que se propõe a aprovação definitiva, bem como a sua remissão à Assembleia Municipal de harmonia com o

30-04-2013

disposto na alínea a), n.º6, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto escrita: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Consideramos que tudo o que dissemos na declaração de voto que apresentámos quando da votação da proposta do novo regulamento, na reunião do executivo municipal em 22 de novembro de 2012 se mantem, reproduzimo-la integralmente, pois este novo regulamento provocará o sentimento de revolta nos Clubes e Associações quando o mesmo for levado à prática: - -----

----- «DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- A proposta de regulamento agora apresentada, visa alterar profundamente o regulamento anteriormente aprovado por unanimidade pelo Executivo Municipal em outubro de 2007. -----

----- Esta proposta em análise merece a nossa discordância pois ela é discricionária, pretende interferir na gestão das Associações/ Clubes Desportivos e nalguns casos reduz significativamente os poucos valores com que as mesmas entidades se confrontam hoje, numa altura difícil em que as dificuldades para constituir os órgãos dessas entidades são já escassos e difíceis. - -----

----- Por outro lado, a proposta impõe regras àqueles que mais dificuldades têm para manter a sua atividade desportiva e que com grande esforço e dedicação ainda mantém a mesma, a qual por vezes é a única atividade que ainda persiste em certas localidades num

30-04-2013

concelho como o nosso tão desertificado. É um não à cultura desportiva das nossas gentes.-----

-----É incompreensível e pouco ético, que nesta proposta de regulamento, o poder discricionário quanto à atribuição de verbas para investimentos, fique no critério e na proposta que os Serviços e o Senhor Vereador do Pelouro queira apresentar ao executivo, deixando de constar no regulamento os valores elegíveis, percentagens elegíveis e valores máximos de comparticipação. A partir deste novo regulamento tudo é possível para “alguns”, deixando de ser do conhecimento prévio das Associações/ Clubes.-----

-----Por último também não compreendemos que à revelia do regulamento seja possível protocolar eventos e atribuir verbas que são marginais ao regulamento, permitindo “o poder do quem manda – pode”.-----

-----Estas são as razões do nosso voto contra a proposta de regulamento.-----

-----Odemira, 2012.11.22 -----

-----Os eleitos da CDU,-----

-----a) Cláudio José dos Santos Percheiro;-----

-----a) Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas; -----

-----a) António Manuel Assude Ferreira.»-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, seis votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto oito:** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DE DESIGN E COMUNICAÇÃO: Foi presente a proposta que

30-04-2013

seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0247-2013 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA NA ÁREA DE DESIGN E COMUNICAÇÃO-----

----- Foi presente a informação n.º 91 datada 3 de abril de 2013, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos e Jurídica referente à contratação de prestação de serviços na modalidade de Avença, na área de Design e Comunicação, pelo período de um ano renováveis até ao limite de três anos, e na qual consta que de acordo com o n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, encontra-se sujeita a parecer prévio vinculativo, a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, pelas entidades abrangidas pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro. -----

----- Da supracitada Informação consta ainda que nos termos do n.º 10 da mesma norma legal, o parecer a que se refere o n.º 4 é da competência do órgão executivo, devendo posteriormente ser submetido à apreciação do órgão deliberativo para emissão de autorização, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02. -----

----- De acordo com o disposto no art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 75º do mesmo diploma, encontram-se abrangidos pela redução remuneratória, os contratos de aquisição de serviços que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte do contrato vigente em 2012, celebrado nos termos das alíneas a) a d), com as exceções constantes dos n.ºs 6, 7 e 8, no entanto no caso em análise não se verificam quaisquer circunstâncias suscetíveis de determinar uma eventual aplicação da redução remuneratória, uma vez que o valor mensal será inferior a 1 500 €, conforme resulta do previsto no n.º 1 do art.º 27º da Lei do Orçamento do Estado, situação que ficará a constar do respetivo contrato. -----

----- Propõe-se a apreciação e deliberação do assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos

30-04-2013

termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. --

-----**Ponto nove:** GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL – RECOLHA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFES DE DIVISÃO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

-----“5 - ASSUNTO N.º 0272-2013 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL - RECOLHA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFES DE DIVISÃO-----

-----Foi presente a informação n.º 65, datada 15 de abril de 2013, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos e Jurídica referente à recolha de parecer prévio vinculativo para a abertura de procedimentos concursais para os cargos de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Jurídica e Chefe de Divisão de Ambiente. -----

-----1. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/09, procede à adaptação da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27/02, define e regula os regimes de vinculação, carreiras e remunerações (alterada pela Lei do Orçamento do Estado), e aplica-se a todos os trabalhadores que exercem funções públicas na administração local, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego público, ao abrigo da qual exercem as respetivas

funções. -----

-----2. Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, a Assembleia Municipal, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode, ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artº 6º da LVCR e pela Lei do Orçamento do Estado, autorizar a abertura dos procedimentos concursais, fixando caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, devendo o sentido e a data da deliberação tomada por esse órgão constar no procedimento do recrutamento, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos: -----

-----3. Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais - Parecer Prévio Vinculativo face ao disposto no art.º 66.º da Lei do OE/2013: -----

----- Fundamentação nos termos da alínea a):-----

-----A constante no Despacho n.º 830/2013, datado de 20 de fevereiro, que determina a nomeação para o cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Jurídica (DRHJ), em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 21 de fevereiro do corrente ano, pelo período de 60 dias, conjugado com o disposto no Despacho n.º 50/2013 P datado de 4 de janeiro (Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Odemira – Adequação e efeitos transitórios). -----

----- Impossibilidade da ocupação do Posto de Trabalho através do art.º 6.º da LVCR ou recurso a SME (fundamentação nos termos da alínea b): -----

----- Caso se verifique a existência de trabalhadores na Situação de Mobilidade Especial (SME), ter-se-á em conta o disposto no art.º 51.º da LOE/2013 (prioridade no recrutamento). --

----- Previsão dos Encargos no Orçamento Municipal (fundamentação da alínea c):-----

----- Os encargos com o recrutamento em causa estão previstos em Orçamento aprovado em sessão de Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2013 (Informação n.º 58/DRHJ, de 8/04/13 com o Cabimento aposto n.º 972/2013). Anexo 1 -----

-----Cumprimento dos Deveres de Informação (DGAL via SIAL) (fundamentação da

30-04-2013

alínea d): -----

-----Foram cumpridos todos os deveres de informação à DGAL, via SIIAL, através do preenchimento dos mapas de Pessoal ao Serviço (“saldo inicial” e “pessoal ao serviço” mensal, bem como através dos inputs RH (trimestral e semestral), conforme se pode verificar na plataforma do SIIAL. -----

-----Demonstração do cumprimento de redução mínima de trabalhadores (fundamentação da alínea e):-----

-----Evolução dos recursos humanos no Município de acordo com os dados constantes nos Mapas de Pessoal aprovados pelos órgãos competentes: A 31/12/2012 detinha 458 (7 dirigentes/430 trabalhadores com RJEPTI/21 trabalhadores com RJEPTD), o que totaliza uma redução 3,58% do n.º de trabalhadores (pela LOE 2012 o MO tinha de reduzir em 1% o n.º de trabalhadores); -----

-----Por aplicação do art.º 59.º da LOE/2013, o Município de Odemira terá de reduzir em 11 o n.º de trabalhadores com RJEPTD (50% dos trabalhadores com contrato a termo resolutivo); -----

-----Da aplicação do art.º 65.º da LOE, o Município terá de reduzir 2% sobre o número de trabalhadores existentes, ou seja, terá de reduzir 9 trabalhadores para assegurar até ao final do corrente ano. Contribuirão para o cumprimento desse objetivo, os 9 trabalhadores cujos contratos a termo resolutivo certo caducarão em dezembro do corrente ano; as aposentações por limite de idade que no corrente ano são em número de 3: Manuel Nobre Joaquim a 18/02, José Maria da Silva Correia a 08/05 e Manuel José Maria Duarte a 11/07; no que diz respeito às aposentações por tempo de serviço, foram remetidos 12 processos para análise da Caixa Geral de Aposentações dos quais se aguarda resposta/deferimento. -----

-----4. Através do Despacho n.º 830/2013, datado de 20 de fevereiro, foram nomeadas para os cargos de direção intermédia de 2.º grau de Chefe da Divisão de Recursos Humanos e

30-04-2013

Jurídica (DRHJ) e Chefe de Divisão de Ambiente (DA), em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, as Técnicas Superiores – Maria Paula Pereira Silva (Lic.) e Lénea Guerreiro da Silva, respetivamente, com efeitos a partir de 21 de fevereiro (inclusive).---

-----5. As presentes nomeações obedecem ao disposto no art.º 19.º da Lei n.º 49/2012, que adapta à Administração Local o regime previsto na Lei n.º 2/2004, de 15/01, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30/08, 64-A/2008, de 31/12 e 3-B/2010, de 28/04, a qual aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local.-----

-----6. Nos termos do n.º 3 do art.º 27.º da Lei n.º 64/2011, de 22/12 que republica a Lei n.º 2/2004, de 15/01, “a substituição cessa na data em que o titular retoma funções ou passados 90 dias sobre a data da vacatura do lugar, salvo se estiver em curso procedimento tendente à nomeação de novo titular”.-----

-----7. As atribuições da Divisão de Recursos Humanos e Jurídica e da Divisão de Ambiente são as definidas nos art.ºs 27.º e 45.º, respetivamente, do Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odemira, publicado no Diário da República, 2.º Série, n.º 2 datado de 03/01/2013. -----

-----8. Os postos de trabalho a ocupar, em regime de Comissão de Serviço, encontram-se previstos nos Mapas de Pessoal aprovados pela Assembleia Municipal de 28/02/2013, alterados no âmbito da 1.ª Modificação Orçamental aprovada naquela reunião. -----

-----9. O recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção intermédia encontram-se previstos na Lei n.º 64/2011, de 22/12, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08. A área de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus encontra-se definida nos n.ºs 1 e 3 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22/12, podendo ser recrutados os “trabalhadores em funções públicas ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão

30-04-2013

para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis ou quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura”. -----

----- 10. A composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e é composto por um presidente e dois vogais (n.º 1/art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08), sendo o “Presidente designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal” (n.º 2, art.º 13.º). Os Vogais são designados de entre personalidades de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área de recursos humanos ou da administração local autárquica” (n.º 3, art.º 13.º). -----

----- 11. Para cumprimento do disposto no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, o Senhor Vereador Ricardo Cardoso, com competência em matéria de recursos humanos propõe que a constituição do júri seja composta pelos seguintes elementos: -----

----- 11.1. Divisão de Recursos Humanos e Jurídica:-----

-----Presidente do Júri: Dulce Margarida de Jesus Lopes (Mestre), docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; -----

-----Vogais efetivos: Natália José da Piedade Costa Correia (Lic.), Chefe de Divisão de Educação e Ação Social e Luís Filipe Lopes Lourido (Lic.), Chefe de Divisão da Rede Viária e Espaço Público. -----

-----Vogais suplentes: José Luís Alves Gomes Fernandes (Lic.), Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras e Rui Pedro da Luz Guerreiro da Silva (Lic.), Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento. -----

-----O 1.º vogal efetivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. ----

----- 11.2. Divisão de Ambiente:-----

30-04-2013

-----Presidente do Júri: Dulce Margarida de Jesus Lopes (Mestre), docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; -----

-----Vogais efetivos: Rui Pedro da Luz Guerreiro da Silva (Lic.), Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento e José Luís Alves Gomes Fernandes (Lic.), Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras; -----

-----Vogais suplentes: Natália José da Piedade Costa Correia (Lic.), Chefe de Divisão de Educação e Ação Social e Luís Filipe Lopes Lourido (Lic.), Chefe de Divisão da Rede Viária e Espaço Público.-----

-----O 1.º vogal efetivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. ----

----- 12. A pedido da Câmara Municipal, o procedimento concursal pode ser assegurado por entidade pública competente, não integrada nos serviços do Município, ficando neste caso dispensada a constituição do júri indicada no ponto anterior, com exceção do Presidente do Júri. Caso seja esta a opção, o procedimento concursal deve observar as condições referentes à seleção e provimento dos cargos de direção intermédia constantes nos n.ºs 1, 2, 5, 6, 7 e 12 a 16.º do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01 na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011 de 22/12.-----

----- 13. De acordo com o Estatuto Remuneratório do Pessoal Dirigente, o vencimento do titular de cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão, é calculado sobre o vencimento do Diretor Geral (70%), a que corresponde o montante de 2.428,29€, complementado com o Subsídio de Representação no montante de 180,97 €, de acordo com o fixado pelo Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças n.º 625/1999, publicado no DR 2.ª Série, n.º 179, datado de 3/08. As remunerações previstas no número anterior foram sujeitas à redução prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 – Orçamento do Estado para 2011. A emissão de parecer prévio favorável à abertura dos procedimentos concursais para os cargos de direção intermédia de 2.º grau para as

30-04-2013

Divisões de Recursos Humanos e Jurídica (DRHJ) e Divisão de Ambiente (DA) bem como a aprovação dos Júris propostos. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dez:** CONCURSO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ALGOCEIRA – REGISTO DO COMPROMISSO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão:-----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0264-2013 - CONCURSO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE ALGOCEIRA – REGISTO DO COMPROMISSO-----

-----Foi presente a informação nº 116/2013, datada de 10/04/2013, elaborada pela Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras, na qual consta que após adjudicação da Empreitada de Requalificação de Algoceira, torna-se necessário efetuar o respetivo compromisso. -----

-----Consta ainda da referida informação que no cálculo da distribuição anual dos custos da empreitada em causa teve-se em consideração o início da obra em julho, resultando na previsão de custo da obra no montante de 220.023,21 €, acrescido de iva no valor de 13.021,39 €, num total de 233.224,60 € para o ano de 2013, e de 458.865,55 €, acrescido de iva no valor de 27.531,93 €, num total de 486.397,48 € para o ano de 2014. Propõe-se a remessa do assunto à Assembleia Municipal para, tendo em consideração a plurianualidade da empreitada, obter a autorização prévia que permita a assunção do compromisso, nos termos da alínea e), do n.º 1,

30-04-2013

do art.º 6º, da Lei n.º 8/12, de 21/02. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto onze:** CIMAL – ENCARGOS COM O ENDIVIDAMENTO RELATIVO AOS EMPRÉSTIMOS REGI: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0216-2013 - CIMAL - ENCARGOS COM O ENDIVIDAMENTO RELATIVO AOS EMPRÉSTIMOS REGI -----

-----Foi presente a informação nº 2013/58-CTB, datada de 04/03/2013, elaborada pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento - Contabilidade, na qual consta que os encargos decorrentes dos empréstimos assumidos pela empresa pública Intermunicipal denominada REGI - Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM são imputados aos municípios associados da CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, cabendo a cada município o valor de 328.644,29€.-----

-----Da informação supra consta ainda que, aquando da confirmação de saldos reportados a 31 de dezembro de 2012, verificou-se que os mesmos não eram concordantes com os reportados pela CIMAL, pelo que se solicitaram esclarecimentos, tendo a CIMAL informado que, face aos montantes reportados a 07/12/2011, verificou-se um acréscimo no montante de 6.996,02€, de amortização de capital por município.-----

30-04-2013

-----Propõe-se a aprovação do assunto e remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação do mesmo. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto doze:** PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PREÇOS A APLICAR NA FACECO 2013: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

-----“3 - ASSUNTO N.º 0211-2013 - PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO E TABELA DE PREÇOS A APLICAR NA FACECO 2013-----

-----Foi presente a informação n.º 324, datada de 19 de março de 2013, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico, contendo a Proposta de Normas de Funcionamento e a tabela de preços a aplicar na Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira - FACECO 2013, a qual se propõe para aprovação de harmonia com a alínea l) do n.º 2 do artigo n.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----Consta ainda na citada proposta de tabela de preços que, os valores não se encontram incluídos no Regulamento de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Odemira, pelo que, deverá o assunto ser submetido à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com a alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações

30-04-2013

introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----As sugestões de alteração apresentadas pelos Senhores Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária foram acolhidas por consenso. Foi aprovada por unanimidade a Proposta apresentada pelos Senhores Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária de redução do valor dos ingressos na Feira para dois euros.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos a Proposta de Normas de Funcionamento e a tabela de preços a aplicar na Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira - FACECO 2013.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto treze:** DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013: Foi presente o ofício número quatro mil duzentos e trinta e três, datado de dezassete de abril do corrente ano, enviado pelo Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais do Município de Odemira que ficará arquivado no maço de documentos desta sessão, no qual solicitava a designação de um cidadão para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo, de acordo com o número três do artigo décimo das respetivas Normas de Funcionamento.-----

-----Interveio o Senhor João Rebelo dos Reis que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Proposta:-----

-----“O grupo do Partido Socialista representado na Assembleia Municipal de Odemira,

30-04-2013

propõe a Ex.^a Sr.^a Eng.^a Maria Manuel Figueiredo Forte, para integrar a comissão de análise Técnica do Orçamento Participativo de Odemira 2013.”-----

-----Não havendo mais sugestões de cidadãos para a eleição em causa, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

-----Votantes: trinta e um votos;-----

-----Votos a favor: vinte e dois votos;-----

-----Votos contra: um voto;-----

-----Votos (abstenção): oito votos.-----

-----Em face do exposto, foi designada com vinte e dois votos a favor, um voto contra e oito abstenções, a cidadã Eng.^a Maria Manuel Figueiredo Forte, para integrar a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo de Odemira referente ao ano de dois mil e treze.---

-----**Ponto catorze:** DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA, DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ODEMIRA:

Foi presente o ofício número cento e doze, datado de doze de março do corrente ano, enviado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira, no qual solicitavam a indicação de quatro cidadãos que iriam integrar a composição da Comissão Alargada daquela entidade, de acordo com o estipulado no artigo décimo sétimo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.-- -----

-----Interveio o Senhor João Rebelo dos Reis que, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte Proposta:-----

-----“O Grupo do Partido Socialista representado na Assembleia Municipal de Odemira,

30-04-2013

propõe a designação dos seguintes cidadãos para a composição da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira: -----

----- - Sofia Marisa da Costa Ferreira,-----

----- - Ana Rita Cortes Dias,-----

----- - Isabel Maria da Silva Dutra,-----

----- - Fernando Alberto Maia da Cruz Parreira.”-----

----- Não havendo mais sugestões de cidadãos para a eleição em causa, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: Trinta votos;-----

----- Votos a Favor: Vinte e dois votos;-----

----- Votos (Abstenção): oito votos.-----

----- Em face do exposto, foi deliberado com vinte e dois votos a favor e oito abstenções, indicar os cidadãos Sofia Marisa da Costa Ferreira, Ana Rita Cortes Dias, Isabel Maria da Silva Dutra e Fernando Alberto Maia da Cruz Parreira para integrarem a composição da Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela

30-04-2013

Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora e vinte e um minutos, do dia um de abril do corrente ano.--

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----